



FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO - USP

EDITAL ATAc/FORP 026/2018

ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO CONCURSO DE TÍTULOS E PROVAS VISANDO A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE LIVRE-DOCENTE JUNTO AO DEPARTAMENTO DE ESTOMATOLOGIA, SAÚDE COLETIVA E ODONTOLOGIA LEGAL DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

A Diretora da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo torna público a todos os interessados que, de acordo com o decidido pela Congregação, em sessão ordinária realizada em 17 de dezembro de 2018, estarão abertas, pelo prazo de 15 dias, no período de 15 a 29 de janeiro de 2019, das 8:00 às 11:00 e das 13:30 às 16:30 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos, as inscrições ao concurso público visando a obtenção do Título de Livre-Docente, junto ao Departamento de Estomatologia, Saúde Coletiva e Odontologia Legal, com base nos programas das disciplinas de Diagnóstico, Estomatologia, Odontologia Legal, Odontologia Social e Saúde Coletiva e Radiologia Básica.

O concurso será regido pelo disposto no Estatuto (Resolução 3461, de 07-10-88), no Regimento Geral da Universidade de São Paulo (Resolução 3745, de 19-10-90), no Regimento da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (Resolução 6589, de 18-7-2013) e demais normas legais aplicáveis à matéria.

1. As inscrições serão feitas na Seção de Apoio Acadêmico da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, à Avenida do Café, s/nº, Ribeirão Preto - SP, devendo o candidato apresentar requerimento dirigido à Diretora da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, contendo dados pessoais e área de conhecimento (especialidade) do Departamento a que concorre, acompanhado dos seguintes documentos:

I - memorial circunstanciado e comprovação dos trabalhos publicados, das atividades realizadas pertinentes ao concurso e das demais informações que permitam avaliação de seus méritos, em formato digital (em CD-ROM, DVD-ROM ou Pen-drive);

II - prova de que é portador do título de Doutor outorgado pela USP, por ela reconhecido ou de validade nacional (original e cópia);

III - prova de quitação com o serviço militar para candidatos do sexo masculino (original e cópia);

IV - título de eleitor (original e cópia);

V - comprovante(s) de votação da última eleição (todos os turnos); prova de pagamento da respectiva multa ou a devida justificativa (original e cópia);

VI - documento de identidade (original e cópia);

VII - tese original ou texto que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela, em formato digital (em CD-ROM, DVD-ROM ou Pen-drive).

§ 1º - Elementos comprobatórios do memorial referido no inciso I, tais como maquetes, obras de arte ou outros materiais que não puderem ser digitalizados deverão ser apresentados até o último dia útil que antecede o início do concurso.

§ 2º - Os docentes em exercício na USP, desde que tenham cumprido as exigências dos incisos III, IV e VI, por ocasião de seu contrato inicial, ou por solicitação do DRH/USP, estão dispensados da apresentação dos documentos neles indicados.



Diário Oficial

PODER
Executivo
SEÇÃO I

Palácio dos Bandeirantes Av. Morumbi 4.500 Morumbi São Paulo CEP 05650-000 Tel: 2193-8000

Volume 128 • Número 237 • São Paulo, quinta-feira, 20 de dezembro de 2018 www.imprensaoficial.com.br

§ 3º - Os candidatos estrangeiros serão dispensados das exigências dos incisos III, IV, V e VI, devendo comprovar que se encontram em situação regular no Brasil.

§ 4º - No ato da inscrição os candidatos portadores de necessidades especiais deverão apresentar solicitação para que se providenciem as condições necessárias para a realização das provas.

§ 5º - O memorial a que se refere o inciso I acima poderá seguir o roteiro e as normas para a elaboração de memoriais destinados aos concursos docentes da FORP, conforme modelo disponível no link: https://www.forp.usp.br/wp-content/uploads/2016/06/normas_memorial.doc.

§ 6º - Quando se tratar de inscrição feita por procurador, este deverá apresentar seu documento de identidade e todos os documentos do candidato conforme solicitado no Edital, além de procuração simples assinada pelo candidato.

§ 7º - Não serão recebidas inscrições pelo correio, ou por e-mail, ou por fax.

2. As inscrições serão julgadas pela Congregação, em seu aspecto formal, publicando-se a decisão em edital.

Parágrafo único: O concurso deverá realizar-se após a aceitação da inscrição, no prazo de cento e vinte dias, de acordo com o art. 166 e seu parágrafo único do Regimento Geral da USP.

3. As provas constarão de:

I - prova escrita: peso 1;

II - defesa de tese ou de texto que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela: peso 3;

III - julgamento do memorial com prova pública da arguição: peso 4;

IV - avaliação didática - prova pública oral de erudição: peso 2.

4. A prova escrita, que versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, será realizada de acordo com o disposto no art. 139 e seu parágrafo único do Regimento Geral da USP.

I - a comissão organizará uma lista de dez pontos, com base no programa de concurso e dela dará conhecimento aos candidatos, vinte e quatro horas antes do sorteio do ponto;

II - sorteado o ponto, inicia-se o prazo improrrogável de cinco horas de duração da prova;

III - durante sessenta minutos, após o sorteio, será permitida a consulta a livros, periódicos e outros documentos bibliográficos;

IV - as anotações efetuadas durante o período de consulta poderão ser utilizadas no decorrer da prova, devendo ser feitas em papel rubricado pela comissão e anexadas ao texto final;

V - a prova, que será lida em sessão pública pelo candidato, deverá ser reproduzida em cópias que serão entregues aos membros da comissão julgadora, ao se abrir a sessão;

VI - cada prova será avaliada pelos membros da comissão julgadora, individualmente.

Parágrafo único - O candidato poderá propor a substituição de pontos, imediatamente após tomar conhecimento de seus enunciados, se entender que não pertencem ao programa do concurso, cabendo à comissão julgadora decidir, de plano, sobre a procedência da alegação.

5. Na defesa pública de tese ou de texto elaborado, os examinadores levarão em conta o valor intrínseco do trabalho, o domínio do assunto abordado, bem como a contribuição original do candidato na área de conhecimento pertinente.

6. Na defesa pública de tese ou de texto serão obedecidas as seguintes normas:



Diário Oficial

**PODER
Executivo
SEÇÃO I**

Estado de São Paulo

Palácio dos Bandeirantes Av. Morumbi 4.500 Morumbi São Paulo CEP 05650-000 Tel: 2193-8000

Volume 128 • Número 237 • São Paulo, quinta-feira, 20 de dezembro de 2018 www.imprensaoficial.com.br

I - a tese ou texto será enviado a cada membro da comissão julgadora, pelo menos trinta dias antes da realização da prova;

II - a duração da arguição não excederá trinta minutos por examinador, cabendo ao candidato igual prazo para a resposta;

III - havendo concordância entre o examinador e o candidato, poderá ser estabelecido o diálogo entre ambos, observado o prazo global de sessenta minutos.

7. O julgamento do memorial e a avaliação da prova pública de arguição serão expressos mediante nota global, atribuída após a arguição de todos os candidatos, devendo refletir o desempenho na arguição, bem como o mérito dos candidatos.

§ 1º - O mérito dos candidatos será julgado com base no conjunto de suas atividades, que poderão compreender:

I - produção científica, literária, filosófica ou artística;

II - atividade didática;

III - atividades de formação e orientação de discípulos;

IV - atividades relacionadas à prestação de serviços à comunidade;

V - atividades profissionais, ou outras, quando for o caso;

VI - diplomas e outras dignidades universitárias.

§ 2º - A comissão julgadora considerará, de preferência, os títulos obtidos, os trabalhos e demais atividades realizadas após a obtenção do grau de doutor.

8. A prova de avaliação didática destina-se a verificar a capacidade de organização, a produção ou o desempenho didático do candidato.

O procedimento de realização da prova de avaliação didática, prevista no item IV do artigo 82 do Estatuto, constará de uma prova pública oral de erudição, de acordo com o disposto no artigo 156 e seus parágrafos do Regimento Geral da USP.

§ 1º - Compete à comissão julgadora decidir se o tema escolhido pelo candidato é pertinente ao programa.

§ 2º - O candidato, em sua exposição, não poderá exceder a sessenta minutos.

§ 3º - Ao final da apresentação, cada membro da comissão poderá solicitar esclarecimentos ao candidato, não podendo o tempo máximo, entre perguntas e respostas, superar sessenta minutos.

§ 4º - Cada examinador, após o término da prova de erudição de todos os candidatos, dará a nota, encerrando-a em envelope individual.

O programa que servirá de base para o concurso é:

DIAGNÓSTICO

1. Distúrbios do desenvolvimento da região maxilofacial e oral.
2. Anomalias dentárias e alterações dos dentes por fatores ambientais.
3. Pulpopatias.
4. Periapicopatias agudas e crônicas.
5. Cistos odontogênicos, não odontogênicos, pseudocistos.
6. Crescimentos gengivais localizados e generalizados.
7. Lesões brancas da mucosa bucal.
8. Lesões pigmentadas da mucosa bucal.
9. Doenças inflamatórias autoimunes.



Diário Oficial

**PODER
Executivo
SEÇÃO I**

Estado de São Paulo

Palácio dos Bandeirantes Av. Morumbi 4.500 Morumbi São Paulo CEP 05650-000 Tel: 2193-8000

Volume 128 • Número 237 • São Paulo, quinta-feira, 20 de dezembro de 2018 www.imprensaoficial.com.br

10. Tumores epiteliais benignos e malignos da região maxilofacial e oral.
11. Tumores mesenquimais benignos e malignos da região maxilofacial e oral.
12. Tumores odontogênicos.
13. Tumores não odontogênicos da região maxilofacial e oral
14. Lesões fibro-ósseas.
15. Doenças infecciosas: bacterianas, virais e fungicas.

ESTOMATOLOGIA

1. Introdução à Estomatologia: conceitos relacionados à semiótica e propedêutica.
2. Anamnese e exame físico.
3. Exames complementares aplicados à Estomatologia.
4. Aspectos e variações de normalidade da cavidade bucal.
5. Lesões fundamentais da mucosa bucal.
6. Doenças/condições sistêmicas de interesse odontológico: Hipertensão arterial sistêmica, Infarto agudo do miocárdio; Endocardite Infecciosa; Diabetes mellitus; Artrites; Tuberculose; Hepatites virais; Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs); Discrasias sanguíneas; Convulsões e Gravidez.

ODONTOLOGIA LEGAL

1. Exercício profissional lícito e ilícito em Odontologia.
2. Lei 5081/66: regulamenta o exercício da Odontologia no Brasil.
3. Documentação odontológica.
4. Publicidade em Odontologia: Código de Defesa do Consumidor e Código de Ética Odontológica.
5. Responsabilidade profissional do cirurgião-dentista.
6. Campos de atuação e mercado de trabalho da Odontologia Legal.
7. Identificação humana em Odontologia Legal.
8. Perícia Civil em Odontologia Legal.
9. Código de Ética em Odontologia: direitos e deveres do cirurgião-dentista.
10. Código de Ética Odontológica: Relação Profissional-Paciente.
11. Código de Ética Odontológica: Relação-Profissional-Equipe de Saúde.

ODONTOLOGIA SOCIAL E SAÚDE COLETIVA

1. O Processo Saúde-Doença-Cuidado.
2. Políticas de Saúde.
 - 2.1. Sistema Único de Saúde (SUS).
 - 2.2. Política Nacional de Atenção Básica.
 - 2.3. Política Nacional de Saúde Bucal.
 - 2.4. Estratégia de Saúde da Família.
 - 2.4.1 Equipe de Saúde Bucal.
3. Construção do Paradigma de Promoção de Saúde.
4. Planejamento em Saúde.
 - 4.1. Planejamento em Saúde Bucal.
5. Estratégias Coletivas e Individuais para Controle das Doenças Bucais.
 - 5.1 Fluorterapia.
 - 5.2. Tratamento Restaurador Atraumático.
6. Diagnóstico em Saúde Bucal.



Diário Oficial

Estado de São Paulo

PODER
Executivo
SEÇÃO I

Palácio dos Bandeirantes Av. Morumbi 4.500 Morumbi São Paulo CEP 05650-000 Tel: 2193-8000

Volume 128 • Número 237 • São Paulo, quinta-feira, 20 de dezembro de 2018 www.imprensaoficial.com.br

- 6.1. Levantamento Epidemiológico em Saúde Bucal.
- 6.2. Avaliação das Condições de Saúde Bucal.
- 6.3. Avaliação de Risco às Doenças Bucais.

RADIOLOGIA BÁSICA

- 1. Radiação X: Histórico, propriedades, produção e aplicações.
- 2. Radiobiologia e Radioproteção.
- 3. Sensores, filmes e processamento radiográfico.
- 4. Fatores que influenciam na formação da imagem radiográfica.
- 5. Técnicas radiográficas intrabucais e anatomia dento-maxilar.
- 6. Técnicas radiográficas extrabucais bidimensionais e anatomia maxilomandibular.
- 7. Métodos de localização radiográfica.
- 8. Métodos avançados de diagnóstico por imagem em Odontologia.
- 9. Princípios de interpretação radiográfica.
- 10. Prescrição de exames de imagem em Odontologia.
- 11. Controle de qualidade em radiologia odontológica.

Demais informações poderão ser obtidas na Seção de Apoio Acadêmico da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, no endereço acima citado, pelos telefones (16) 3315-4122/3315-4129 ou pelo e-mail: atac@forp.usp.br.